



A Companhia reafirma seu compromisso com a promoção da igualdade de oportunidades, da diversidade e da não discriminação em seus processos de recrutamento, desenvolvimento profissional, remuneração e ascensão de carreira, observando critérios técnicos, meritocráticos e aderentes à legislação vigente. Em atendimento ao § 6º do art. 133 da Lei nº 6.042/76, a Administração apresenta os indicadores relacionados à participação feminina em seu quadro funcional e de sua estrutura de gestão referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Remuneração por gênero: a Companhia adota política de remuneração baseada nas atribuições, responsabilidades, qualificação profissional e desempenho dos colaboradores, sem distinção de gênero para funções equivalentes. Com base em análise interna realizada para cargos e funções comparáveis, não foram identificadas diferenças remuneratórias decorrentes exclusivamente de gênero.

Remuneração por gênero: a Companhia adota política de remuneração baseada nas atribuições, responsabilidades, qualificação profissional e desempenho dos colaboradores, sem distinção de gênero para funções equivalentes. Com base em análise interna realizada para cargos e funções comparáveis, não foram identificadas diferenças remuneratórias decorrentes exclusivamente de gênero.

*considera remuneração média, a equidade ocorre quando atinge 100% no índice.

Permanecemos à disposição de Vossas Senhorias para quaisquer esclarecimentos desejados.

Porto Alegre, 31 de agosto de 2026.

À Administração

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais - R\$)						
	NE	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		184.171	38.117	-	96	222.384
Lucro líquido do exercício		-	-	4.750	-	4.750
Realização do valor atribuído ao ativo imobilizado		-	-	1	(1)	-
Constituição da reserva legal	17	-	238	(238)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(1.128)	-	(1.128)
Reserva de investimento e capital de giro	17	-	3.385	(3.385)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		184.171	41.740	-	95	226.006
Lucro líquido do exercício		-	-	78.298	-	78.298
Outros		-	-	(624)	-	(624)
Constituição da reserva legal		-	3.884	(3.884)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(19.419)	-	(19.419)
Reserva de investimento e capital de giro		-	54.371	(54.371)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		184.171	99.995	-	95	284.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais - R\$)

1. Contexto operacional: A Tanagra S/A em Recuperação Judicial ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede à rua **Federico Mentz**, 1606, 3º andar, sala B, **Porto Alegre/RS**, Brasil, e tem como atividade principal a **colheita e comercialização de madeira e casca de acácia-negra**, extraídas de florestas próprias e em parceria com terceiros. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 21, a Companhia mantém transações em montantes significativos com sua controladora Tanagra S.A. em Recuperação Judicial realizadas com base em preço e condições específicas negociadas entre as partes. a) **Recuperação judicial e continuidade operacional:** Em 09 de dezembro de 2025, a Companhia, juntamente com sua controladora Tanagra S.A. - em Recuperação Judicial, protocolou um pedido de Recuperação Judicial perante a 1ª Juízo da Vara Regional Empresarial da Comarca de Porto Alegre/RS, sob o nº 5316147-07.2025.8.21.0001 nos termos da Lei nº 11.101/2005. O pedido foi motivado pelo agravamento da situação econômico-financeira da Companhia e decorrente principalmente do encerramento ocorrido em 2024 das atividades das plantas industriais de Cavacos e Pellets de madeira na controladora, situadas em Rio Grande/RS, e da catástrofe climática ocorrida em maio de 2024 que assolou as instalações fabris da unidade de Taninos da Controladora, gerando uma paralisação de dois meses nas atividades operacionais, sendo que os reflexos desses eventos prejudicaram atividades de colheita e comercialização dos produtos florestais da Companhia e sua Controladora. Esses fatores resultaram em deterioramento do fluxo de caixa, restrição de crédito, aumento nos custos de captações financeiras, o que inviabilizou o cumprimento regular de suas obrigações financeiras no curto prazo. Em 10 de dezembro de 2025, o Juízo competente deferiu o processamento da Recuperação Judicial com o deferimento das seguintes medidas: (i) Suspensão das ações executivas e das execuções contra a Companhia pelo prazo inicial de 180 (cento e oitenta) dias (parágrafo 1º); (ii) Nomeação de Administrador Judicial, a quem compete a administração judicial da Companhia, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias (parágrafo 2º); (iii) Apresentação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) no prazo de 60 dias. Em 13 de fevereiro de 2026, a Companhia apresentou seu Plano de Recuperação Judicial, o qual prevê a reestruturação de seus passivos, principalmente com fornecedores e instituições financeiras, por meio de alongamento de prazos, deságios e/ou cancela. O plano está em fase de tramitação e aguarda a aprovação em Assembleia Geral de Credores. Os eventos e condições descritos acima, especialmente o pedido de Recuperação Judicial, a restrição de crédito, as dificuldades para cumprir obrigações de curto prazo e as limitações de liquidez, indicam incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Entretanto, a Administração elaborou projeções de fluxo de caixa e um plano de reestruturação financeira contemplado no Plano de Recuperação Judicial, que prevê a renegociação dos passivos e a recuperação gradual da capacidade financeira da Companhia. Com base nessas projeções e nas medidas planejadas, a Administração concluiu ser apropriada a elaboração das demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A concretização dessas premissas depende, entre outros fatores, da aprovação do Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores e de sua posterior homologação judicial. Em decorrência do pedido de recuperação judicial, todos os créditos existentes na data do protocolo (créditos concursais) estão sujeitos aos efeitos da recuperação judicial. Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras, os passivos sujeitos ao plano de recuperação judicial foram mantidos nas devidas rubricas do Passivo Circulante. Os saldos foram atualizados de acordo com os índices contratuais até a data do pedido, estando suspensa a fluência de juros e multas subsequentes, conforme legislação vigente, até a homologação final do plano de recuperação judicial. Os empréstimos da Companhia são extraconcorrenciais em relação ao processo de recuperação judicial, porém os contratos apresentam cláusulas em que o credor se reserva o direito de suspender o pedido de recuperação judicial caso os valores devedores não sejam pagos no prazo estabelecido. Os contratos representam R\$ 13.677 dos quais R\$ 13.490 foram arrebatados e R\$ 187 representam gastos com distrito de locações, a serem classificados no processo nas seguintes classes de credores: Classe I (Trabalhistas), Classe II (Garanta Real), Classe III (Quirografários), Classe IV (Empresas de Pequeno Porte) conforme plano de recuperação judicial. b) **Continuidade operacional:** A administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Companhia e elaborou um plano de reestruturação, o qual visa garantir a manutenção das atividades sociais, o emprego dos colaboradores e o interesse dos credores. Com base nas projeções de fluxo de caixa atuais e nas premissas de reestruturação contidas no Plano de Recuperação Judicial, a administração entende que, caso o Plano de Recuperação Judicial venha a ser aprovado pelos credores em Assembleia e posteriormente homologado judicialmente, a Companhia possui condições de gerar recursos suficientes para manter suas operações ativas no curso normal dos negócios. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas sob o pressuposto de continuidade operacional.

Base de preparação: a) **Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados ativos e passivos mensurados ao valor justo, em especial os ativos biológicos. A preparação de demonstração financeira requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela administração em 31 de agosto de 2026. b) **Alterações de novas normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2026. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Alterações ao IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40) – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” e IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Evidenciação” para responder a questões práticas recentes, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Em dezembro de 2026, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Entidade não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (equivalente ao CPC 26 (R1))** em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. Essa nova norma contábil introduzirá novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerá informações mais relevantes e transparente aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Entidade. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: (a) embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Entidade, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado; (b) os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação; (c) também serão divulgadas medidas de desempenho definidas pela administração e subtotais de receitas e despesas; e (d) o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, passará a ser “lucro ou prejuízo operacional” e alteração na classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão representadas de acordo com o IFRS 18 / CPC 26 (R1). As alterações impostas pelo IFRS 18 podem trazer impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Entidade. **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciais em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A Entidade não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS:** em julho de 2024, o IASB emitiu novas alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 (R1) Instrumentos Financeiros), IFRS 10

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais - R\$)		
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	78.298	4.750
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	<u>78.298</u>	<u>4.750</u>

– Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), c) **Moeda funcional** – Moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas e julgamentos envolvem a mensuração do valor justo dos ativos biológicos e a constituição de provisões (para receber, estoques, contingências, entre outros). Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Políticas contábeis materiais:

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira: *Transações em moeda estrangeira:* Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional na taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

b) Instrumentos financeiros: *Classificação e mensuração:* A Administração classifica seus ativos e passivos financeiros no momento inicial com base no resultado conforme abaixo: *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ajustes ao valor justo são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam o efeito líquido dos juros auferidos pelo ativo financeiro. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* Estes ativos financeiros são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por provisões para "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e provisões para "impairment" são reconhecidos diretamente no resultado.

Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados pelo custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, e são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos em caixa, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, e possuem vencimentos no curto prazo (inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e não estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor). **d) Estoques:** Os estoques de mercadorias e produtos estão demonstrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor de mercado e eventuais perdas quando aplicável. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos quando consideradas necessárias pela Administração.

e) Imobilizado: i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, e do custo atribuído na data de transição para os pronunciamentos contábeis adotados a partir de 1º de janeiro de 2009, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, caso aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando os partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas de alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **iii) Depreciação:** A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais precisamente reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparadas ainda as seguintes:	
Imóveis	5-70 anos
Máquinas e equipamentos	25-35 anos
Veículos e utensílios	4-15 anos
Veículos	3-10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos em cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. **b) Ativos biológicos:** Os ativos biológicos representados por florestas de acácia negra e gado, estão registrados pelo valor líquido da data da medição, deduzidas das despesas de venda. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A avaliação de ativos biológicos por seu valor justo considera preços cotados no mercado de ativos e certas estimativas, principalmente proteção do fluxo de caixa futuro de acordo com o ciclo de produtividade das florestas, levando-se em consideração o seu crescimento e as variações de preço de mercado e de criação de gado, o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidas no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "Efeito líquido de valor justo dos ativos biológicos", e em conjunto com os montantes de realização da variação do valor justo por venda, exceto quando o valor justo representa substancialmente o valor de custo incorrido **c) Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment")** No fim de cada exercício a Companhia revera o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para assegurar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Se uma perda por redução

Fluxos de caixa das atividades de investimento		(3)	(67)
Aquisições de investimentos			
Aquisições de imobilizado	7	(1.133)	(3.184)
Aquisições de ativo biológico	8	(45.849)	(43.186)
Aquisições de intangível		(39)	
Recebimentos por vendas de ativos imobilizados e ativos biológicos		162.545	2.675
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de investimento		115.521	(43.744)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos distribuídos		(7.755)	-
Pagamento de arrendamentos	15	(7.605)	(6.509)
Contratação de empréstimos e financiamentos		80.000	
Amortização de empréstimos e financiamentos		(22.510)	(6.980)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento		42.130	(13.489)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(60.150)	64.300
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		73.501	9.171
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		13.351	73.501

o valor recuperável por subsequentemente revertido, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável (preço de venda) menos custos para concluir e vender, no caso de estoques, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida anteriormente para o ativo (ou grupo de ativos relacionados) em exercícios anteriores. Uma reversão de uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado do exercício. d) **Benefícios a empregados.** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado é prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em forma de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. e) **Provisões.** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, e que uma estimativa confiável quanto ao valor devido possa ser feita. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido no evento. f) **Receita líquida de vendas.** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades operacionais é medida pelo valor justificado pela contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contratos com clientes, a receita é reconhecida na extensão em que a empresa transferir o controle dos bens ao cliente. g) **Receitas financeiras e despesas financeiras.** As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos de aplicações. As despesas de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, sendo que os custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método dos juros efetivos. h) **Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos).** A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes. O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 por ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a composição de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Os impostos correntes incluem impostos de renda e contribuição social, taxas de selos, impostos diretos ou sobre substancialmente decretadas, a data de apresentação das demonstrações financeiras, e quaisquer ajustes de diferenças temporárias resultantes da eliminação de impostos ou despesas não tributáveis em exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais e as diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, à medida que exista expectativa de geração de resultado tributável suficiente para a utilização de tais créditos. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revertidos a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. i) **Capital social.** O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Companhia poderá proceder a aumentos de capital por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de lei de reforma estatutária, até o limite de R\$300.000. A Companhia não possui ações preferenciais.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	144	304
Aplicações financeiras	13.207	73.197
	<u>13.351</u>	<u>73.501</u>

Em 2025 as aplicações financeiras foram representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB). A remuneração dos CDBs representou em média 87,78% do CDI (87,28% em 2024).

5. Clientes: Composição de contas a receber de clientes referente o curso normal das atividades.

	31/12/2023	31/12/2024
Partes relacionadas (NE 21)	50.686	11.804
Outros clientes	1.786	1.011
Provisão para riscos de crédito	(110)	(110)
	52.362	12.705

A provisão para riscos de crédito com clientes, no montante de R\$ 110, não apresentou movimentação nos exercícios de 2025 e 2024. A análise por vencimento do contas a receber está apresentada a seguir:

A vencer	14.290	12.528
Vencidos até 30 dias	476	76
Vencidos entre 31 e 180 dias	37.532	101
Vencidos a mais de 180 dias	174	110
	<u>52.472</u>	<u>12.815</u>

Houve aumento em títulos vencidos oriundos das operações de venda entre a Companhia e sua Controladora, em virtude do agravamento da situação econômico-financeira do grupo, detalhada na Nota 1. Como se trata de transação entre partes relacionadas, o atraso no fluxo de recebimentos não impacta o fluxo de caixa das operações consolidadas, onde a Companhia e sua Controladora buscam otimizar a gestão de caixa conforme a disponibilidade de recursos e adequação ao fluxo de

	31/12/2025	31/12/2024
Partes relacionadas (NE 21)	86.008	-
Venda imobilizado	92.328	-
	<u>178.336</u>	<u>-</u>

Os valores de contas a receber oriundas de venda de imobilizado se referem às propriedades rurais alienadas no exercício de 2025 no montante de R\$ 253.711, conforme detalhado na Nota 19, sendo que o saldo de R\$ 92.328 foi totalmente recebido no início do exercício seguinte de 2026.

6. Estoques:	31/12/2025	31/12/2024
Produtos florestais	24.330	24.844
Matérias-primas e mat. secundários	1.365	2.712
Materiais de reposição	5.257	10.100
(-) Provisão perda de estoques	(1.617)	-

	29.335	37.656
A movimentação da provisão para perda de estoques é a seguinte:		
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	-	-
Constituições	(1.617)	-
Saldo final	(1.617)	-

Continua »»»